

DO CLIENTELISMO CORONELISTA AO CLIENTELISMO DE ESTADO: A ASCENSÃO DE IMIGRANTES NA POLÍTICA DO INTERIOR PAULISTA

Maria do Carmo Campello de SOUZA¹
Maria Teresa Miceli KERBAUY²
Oswaldo Mário Serra TRUZZI³

- **RESUMO:** O artigo procura analisar a relação que há entre padrões de mobilidade social e o processo de entrada de imigrantes e de seus descendentes de primeira geração na atividade política institucional na região conhecida como o oeste paulista. Tal processo pode se constituir num indicador das relações de resistência ou de aproximação entre os imigrantes e as elites locais tradicionais, além de ser elemento chave para se compreender o processo de superação do sistema coronelista no estado de São Paulo, a ascensão de uma nova fração burguesa e o advento do populismo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Imigrantes; clientelismo coronelista; clientelismo de Estado; mobilidade; elites políticas locais.

1 Introdução

Esse texto tem como objetivo analisar padrões de mobilidade de uma camada social específica – imigrantes e seus descendentes – no interior de uma determinada estrutura social – o oeste paulista. Desde o final do século XIX, essa região se desenvolveu sob o impacto da economia cafeeira, liderada pelas oligarquias agrárias tradicionais que dominavam, em cada município, a política local.

Nos anos 30, uma série de processos atenuarão esse domínio quase exclusivo, entre os quais se sobressaem a perda de poder econômico e político dos coronéis decorrente da crise do café e as mudanças no sistema

1 Pesquisadora Sênior do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP) – São Paulo-SP

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras-UNESP – 14800-901 – Araraquara-SP (E-mail: kerbauy@travelnet.com).

3 Departamento de Engenharia de Produção – Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR – 13565-905 – São Carlos-SP (E-mail: truzzi@power.ufscar.br).

político advindas da centralização do Estado, que forçou a reorganização institucional do jogo político. Em 1945, ao ocorrer a redemocratização, a recomposição das elites teve que contar com o influxo crescente de descendentes de imigrantes.

Nosso interesse foi o de investigar esse processo de recomposição das elites políticas no nível local. A forma como este processo se deu se constitui num indicador importante da flexibilidade do meio social paulista, da permeabilidade de suas elites e das características de representação política.

Acreditamos que o exame da entrada de imigrantes na política formal pode revelar-se como indicador profícuo das relações de resistência ou de aproximação entre os imigrantes e as elites tradicionais locais e como elemento chave para se apreender o processo de superação do sistema coronelista no estado de São Paulo, a ascensão de uma fração burguesa e o advento do populismo, que oportunamente acolherá elementos não pertencentes a famílias tradicionais – mas sim de origem imigrante.

A inserção dos imigrantes e seus descendentes na sociedade paulista e os impactos de diferentes correntes migratórias sobre a composição dessas elites e sobre as estruturas de poder local e estadual ajudam a entender as mudanças que ocorreram no poder político local no estado de São Paulo, assim como os recursos políticos (materiais e ideológicos) utilizados para a montagem do estado brasileiro a partir de 1930 e as especificidades de seus impactos regionais.

2 A pesquisa

Para analisarmos a entrada de imigrantes e de seus descendentes de primeira geração na política formal, realizamos um levantamento dos membros do executivo e do legislativo municipal no período de 1889 a 1964, bem como entrevistas com personalidades dos municípios, complementados pela análise de jornais da região. O período delimitado (1889-1964) encontra justificativa na necessidade de acompanhar a trajetória da inserção dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira e, em especial, no estado de São Paulo, que foi o estado que acolheu a maior corrente imigratória do país.

A escolha de prefeitos e vereadores como representantes da elite política local, em cidades do interior paulista – Araraquara, Bauru, Ribeirão Preto, São Carlos e São José do Rio Preto – se deveu a dois fatores: 1) a representação formal, pouco analisada nos estudos sobre imigração, permitiria entender alguns aspectos da entrada dos imigrantes e seus

descendentes na política local, focalizando um espaço político-institucional onde se expressam a representação, a aliança, o confronto e a disputa de interesses; 2) a facilidade de acesso tanto ao material empírico como às entrevistas. Apesar de termos conhecimento e informações a respeito das várias formas de organização dos imigrantes, quer sejam étnicas, beneficentes ou de caráter profissional, a fragilidade ou inexistência de fontes sistematizadas e dados mais significativos não permitiu que avançássemos muito longe por esse caminho.

Adotamos uma perspectiva comparativa procurando entender como os municípios se aproximam ou diferenciam neste processo de inserção política dos imigrantes na estrutura do poder local. O trabalho discute e compara os casos das cidades de Araraquara, Bauru, Ribeirão Preto, São Carlos e São José do Rio Preto, ora apontando singularidades, ora buscando delinear padrões comuns, observáveis na composição do executivo e das câmaras legislativas municipais.

3 Centralização do Estado e sociedade local

O período que se inicia em 1930, que da perspectiva do poder local é pouco estudado e pouco compreendido, marca no nosso entendimento o início da reorganização do poder local que vai culminar com a expressiva participação política dos imigrantes e descendentes a partir de 1945.

A subida de Vargas ao poder em 1930 forçou a reorganização do jogo político e abriu espaços para a ascensão de novos grupos sociais. Durante os 15 anos em que Vargas foi o chefe do Executivo federal (1930-1945), o país passou por transformações profundas. Além das alterações trazidas sobre os rumos da economia, o novo governo revolucionário realizou reformas sobre todo o sistema político com conseqüências significativas sobre a estrutura do poder municipal e sobre a composição das elites paulistas.

Dadas as características do Movimento de 30, a centralização do Estado brasileiro não significou a marginalização dos interesses econômicos dominantes no período anterior, mas uma redefinição dos canais de acesso e de influência na articulação de todos os interesses, velhos e novos.

Sob a égide de Vargas, as elites políticas, inspiradas em um “paradigma de Estado”, lançaram-se na construção de um sistema político cujas fundações institucionais estão ainda vivas. Os componentes desse paradigma eram: 1) o aumento irreversível da autoridade central

paralelamente a um alto grau de intervenção estatal na economia, de modo a promover a industrialização; 2) a criação de símbolos de identidade nacional com a adoção de uma política cultural baseada no nacionalismo e no carisma do posto presidencial; 3) a implementação de políticas previdenciárias e a concessão de direitos trabalhistas, com o intuito de integrar a crescente classe operária numa rede de sindicatos controlada pelo Estado; 4) a deslegitimação de partidos e da vida parlamentar nas lides políticas.

Tais objetivos levaram à construção de estruturas decisórias centralizadas e burocratizadas, estruturas sindicais dependentes do Estado, um presidencialismo plebiscitário, inexistência de partidos políticos e um tipo de nacionalismo que teve como componente chave a liderança do papel do Estado. O Estado expandiu seu papel intervencionista nas inúmeras áreas da administração e uma pletera de agências foi criada expandindo a provisão de empregos públicos.

A inventividade institucional do poder revolucionário manifestou-se na criação de um sistema de interventorias-departamentos administrativos, de uma vasta gama de órgãos técnico-econômicos (institutos, autarquias e grupos técnicos) designados como instrumentos de intervenção e controle na economia.

Todas essas inovações por certo exerceram profunda influência na transformação das políticas estaduais e municipais. Nos primeiros anos da década de 1930, porém, os mecanismos estratégicos que de imediato alteraram as bases do poder local foram aqueles ativados pelo sistema interventorias-departamentos administrativos, que interligava as oligarquias municipais e estaduais aos ministérios e à Presidência da República.

Esse sistema consistia, essencialmente, no seguinte: o Executivo federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos dos estados, eram destituídos de maiores raízes partidárias, com escassa biografia política ou que, se a possuíam, fizeram-na até certo ponto fora das máquinas tradicionais nos estados. No estado de São Paulo, Adhemar de Barros é um exemplo típico desse processo, conforme notaremos adiante.

O sistema de interventorias pouco ou nada interferia com os pilares econômicos do poder político nos estados, nem era esse seu intuito. Não obstante, enfraquecia as antigas situações na medida em que o interventor não devia a elas sua permanência, mas sim ao beneplácito do Executivo federal.

É ilustrativo o caso de Ribeirão Preto onde, em dezembro de 1930, o interventor federal em São Paulo optou por passar por cima do Partido

Democrático designando pessoas não pertencentes ao partido para liderarem os governos municipais.

O sistema de interventorias foi aperfeiçoado pelo Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939 (Lei dos Estados e Municípios), com a criação do Departamento Administrativo que deveria legislar nas matérias de competência do estado e dos municípios conforme o estabelecido no Art. 17. O poder de decisão do Departamento era tão grande que, para o interventor recorrer das mesmas, cabia recurso direto ao Presidente da República.

Vedados os canais tradicionais de representação, as antigas e novas oligarquias foram encurraladas num sistema que tinha como fulcro tais interventorias, acopladas a órgãos burocráticos subordinados ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) sujeitos por sua vez ao Presidente da República, como já dissemos anteriormente.

O DASP – representado nos estados pelos departamentos estaduais, ou “daspinhos” – foi decisivo na função de montagem da estrutura de poder burocrático: a de um cinto de transmissão entre o Executivo federal e a política dos estados e destes com a dos municípios.

Embora concebido como um Departamento Administrativo Geral, encarregado de realizar um estudo global do sistema administrativo do país, para transformá-lo, ele se tornou uma espécie de super-ministério. Os “daspinhos” funcionavam ao mesmo tempo como uma espécie de legislativo estadual e como corpo supervisor para o interventores e o Ministério da Justiça. Os prefeitos municipais tinham que se submeter não só ao interventor, mas também ao presidente do Departamento Estadual do Serviço Público. Membros do DASP orgulhavam-se de fazer o trabalho da antiga Câmara e do Senado e de mais 271 câmaras municipais.

Os estados deveriam ser governados pelo interventor e pelo Departamento de Administração, mas grande parte das políticas e das legislações implementadas pelos estados dependia da aprovação do Executivo federal. Na prática, isto acabava com a autonomia legislativa dos estados e municípios, destruindo o sistema federativo criado em 1891, e transferindo para o governo federal quase todos os recursos para o exercício do clientelismo.

Esta estrutura contribuiu, portanto, para a centralização e estatização dos mecanismos clientelísticos. Segundo Miceli (1979), a criação de ministérios e agências possibilitou a produção de uma infinidade de empregos para indivíduos de classe média – advogados, burocratas e

intelectuais –, ampliando a presença do Estado na vida nacional. No estado de São Paulo, o impacto do crescimento demográfico é bastante forte para obrigar o estado a multiplicar-se em serviços e pessoal.

Este conjunto de medidas estrutura institucionalmente este período, que tem na criação do DASP, como órgão consultivo da Presidência e agência de formulação de políticas, dos institutos, autarquias e grupos técnicos, bem como da garantia de novas posições legais com a criação do Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, institutos de previdência social e mais tarde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a sua base de sustentação. Além disso, a associação profissional ou sindical foi declarada livre, mas somente o sindicato reconhecido pelo governo tinha o direito da representação legal.

As interventorias situavam-se, assim, a meio caminho entre a identidade e a independência diante de grupos dominantes estaduais e foram implantadas em todo o país como um sistema e instrumento de controle, uma cunha do poder central em cada estado.

O novo regime instalado tratou logo de promover as primeiras medidas com o objetivo da centralização, inaugurando uma era muito diferente dos tempos de vigência do coronelismo, em que cada chefe político no município mantinha autonomia quase irrestrita na condução do governo local. Por meio do Decreto nº 20.348, de 29 de agosto de 1931, o Governo Provisório passou a estabelecer normas sobre a administração local, concedendo um papel bastante relevante aos interventores federais nos estados. O decreto instituía os chamados Conselhos Consultivos, tanto no nível estadual quanto municipal. Embora tais conselhos não tenham sido implantados em todos os municípios, e nem mesmo operado em circunstâncias muito favoráveis, seus membros eram nomeados pelo interventor e em certo sentido eles tomavam para si a tarefa das antigas Câmaras, de auxiliar e fiscalizar o prefeito. E de modo significativo, a composição de tais conselhos previa a possibilidade de inclusão de estrangeiros entre os maiores contribuintes do município.

A nomeação de prefeitos pelo interventor e a criação de Conselhos Consultivos municipais, que tinham a função formal de aconselhá-los, estabeleceram uma das primeiras plataformas institucionais, ou portas de entrada, para o acesso de grupos sociais – aí presentes os imigrantes – antes desalojados do poder municipal. Na cidade de Ribeirão Preto foram criados dois conselhos, um no início de 1932 e outro em 1933, e empresários,

profissionais e líderes locais foram nomeados pelo prefeito e interventor para integrá-los.

Uma das claras evidências de tentativas do novo governo estadual pós-revolucionário para diversificar a liderança política pode ser sentida na composição social dos Conselhos Consultivos.

Na República Velha, as Câmaras Municipais eram compostas majoritariamente por membros da tradicional aristocracia rural [...] Os homens designados para os Conselhos Consultivos, entretanto, eram bastante diferentes. Em Ribeirão Preto, seis, entre nove, eram estrangeiros natos. Apenas dois tinham sobrenome português. Apenas um entre nove, obtinha renda advinda da profissão rural. (WALKER, 2000, p.86, grifos do autor).

O Decreto-Lei nº 20.348, de 19 de agosto de 1931, que criou os conselhos, determinava, especificamente, que os estrangeiros poderiam ser incluídos nesses órgãos. E em Ribeirão Preto, por exemplo pode-se notar a presença de um novo tipo de ator político – novos ricos imigrantes, profissionais liberais provenientes de classes médias.⁴

A presença de imigrantes também se faz sentir nas associações, nos grupos sindicais de empregados e empregadores, antes do Estado Novo, e nas organizações partidárias que se criaram para as eleições municipais de 1936. Em São Carlos, por exemplo, a presença de imigrantes se faz sentir em praticamente todo o espectro político, da Ação Integralista ao PC, das associações patronais aos sindicatos operários.

O congelamento da representação política municipal de 1930 a 1945, pelos dados da nossa pesquisa, não significou o correspondente congelamento da política local. Novos mecanismos de participação no processo decisório local foram surgindo, dentre eles a atuação das Associações Comerciais em cada município que, a partir de 1930, passam a ter uma inserção permanente na vida política local. Ressalte-se que a grande maioria dos diretores dessas associações era composta de indivíduos de origem imigrante, que haviam se fixado como pequenos industriais e comerciantes nas cidades.

Em São José do Rio Preto, por exemplo, o comerciante Nagib Gabriel, nascido em Jaboticabal em 1890, foi um dos fundadores, em 1920, da Associação Comercial de Rio Preto, logo assumindo o cargo de vice-presidente (1920) e presidente (1926). Pascua Valle, comerciante natural de Caures, que se tornou Vice-Cônsul da Espanha em São José do Rio

⁴ Ver anexo das atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e dados dos membros dos Conselhos Consultivos de 1932 e 1933.

Preto, ocupou vários cargos nessa mesma entidade, presidindo-a por mais de cinco anos durante a década de 1930. Foi Delegado de Polícia, entre os anos de 1914 a 1925, e um dos fundadores do Automóvel Clube, o mais tradicional das cidade, além de freqüentar a Loja Maçônica Cosmos, de muita influência na sociedade local. Também atuou como diretor da Santa Casa, além de presidir o Rio Preto Esporte Clube, que mantinha uma equipe de futebol. Embora não tenha concorrido a nenhum cargo no Legislativo municipal, a abrangência de sua rede de relações evidencia quão enraizadas eram na sociedade local algumas lideranças de origem imigrante.

Em São Carlos, dos 18 indivíduos que em 1931 fundaram a Associação Comercial e Industrial local, pelo menos 11 deles eram descendentes de imigrantes. Entre esses, os italianos constituíam a maioria (Maricondi, Flosi, Petroni, Ambrogi, Cattani, Sabadini, Cardinali e Botta).

Em Araraquara, a Associação Comercial foi fundada em 1934, por um imigrante italiano, Benevenuto Colombo, e sua diretoria foi ocupada por inúmeros descendentes de imigrantes, sendo que o diretor que mais se sobressaiu foi Rômulo Lupo, que ocupou a direção da associação de 1941 a 1942, tendo se tornado mais tarde prefeito do município.

A Associação Comercial de Bauru, criada em 1931, cuja diretoria era composta fundamentalmente de imigrantes e seus descendentes, demandou e conseguiu trazer para a cidade o ramal Bauru-Piratininga (dpoise Fepasa e hoje Ferroban), a elevação de classe da Agência Postal e a construção de seu prédio próprio, uma regional do Departamento Estadual do Trabalho, a Inspetoria Regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e a construção da rodovia entre os estados de São Paulo e Mato Grosso.

O que sobressai na história da criação das associações comerciais dessas cidades é que todas elas iniciaram, aproximadamente no mesmo período, suas atividades nas sedes de associações de imigrantes: São Carlos na Espanhola, Araraquara na União Síria e Bauru na Sociedade Dante Aligerieri. Com o tempo, tais associações fortaleceram-se, tornando-se um forte grupo de interesse na política local.

A rede hospitalar montada pelos imigrantes e seus descendentes, sobressaindo-se as Beneficências Portuguesas e Santas Casas, é outro exemplo de mecanismo importante de inserção no meio social local que, em muitos municípios, mais tarde credenciou a participação na política local. No caso específico de São Carlos, outra instituição que em larga medida habilitou filhos de imigrantes a se lançarem em cargos políticos, como veremos adiante, foi a Escola Normal.

4 Inserção de imigrantes na política após a Revolução de 1930

Vitoriosa a Revolução em outubro de 1930, os prefeitos perrepistas da antiga situação, que em maior ou menor grau haviam se engajado na campanha de Júlio Prestes contra a Aliança Liberal, tiveram que entregar seus cargos às Juntas Provisórias locais, em geral compostas por militantes ou simpatizantes do Partido Democrático (PD).

De modo geral, podemos afirmar que a Revolução de 1930 propiciou, do ponto de vista da política local, mudanças entre as elites que comandavam a cena política nos municípios analisados. Os antigos chefes perrepistas foram deslocados, ao menos temporariamente, e em seu lugar vicejaram figuras de oposição ao situacionismo, que de algum modo haviam apostado nos ideais propugnados pelo PD. Contudo, não se pode dizer que a matriz social desses novos elementos que se aglutinaram ao redor do PD fosse muito distinta da dos antigos dirigentes. Em alguns casos, talvez a nova elite fosse um pouco mais ilustrada, em comparação aos velhos coronéis habituados a comandar o cenário local; mas os dados indicam que, em termos de extração social, as mudanças foram poucas, o que provavelmente facilitou, mais tarde, a recomposição dos setores alijados em 1930. Do ponto de vista do tema que nos interessa, por exemplo, podemos afirmar que a participação de personalidades de origem imigrante durante o episódio de 1930, foi muito reduzida, não se observando praticamente nenhuma liderança expressiva entre as hostes do PD que assumiram os governos locais nos municípios analisados.

No nível local, o papel do interventor estadual foi, portanto, se mostrando cada vez mais presente, o que frustrou muitas das expectativas de que os novos dirigentes do município passariam a controlar a política local como os antigos coronéis o faziam. Em São José do Rio Preto e em Ribeirão Preto, por exemplo, nenhum dos membros da Junta Provisória, composta por militantes do PD, foram confirmados como prefeitos pelo interventor João Alberto. Tais decepções, associadas à má época vivenciada pelos negócios do café, desapontaram muitos espíritos e precipitaram, em abril de 1931, o rompimento do PD, no plano estadual, com o novo regime.

Daí para frente, as forças políticas paulistas entraram cada vez mais em rota de colisão com o governo federal. Em Araraquara, São Carlos e São José do Rio Preto, o rompimento do PD com Vargas precipitou a renúncia dos prefeitos anteriormente nomeados. Em São Carlos, o retorno do Partido Republicano Paulista (PRP) local ao poder é instantâneo e se processa com a nomeação de Antonio Militão de Lima, fazendeiro e

membro do diretório do Partido Republicano Sancarlense antes da Revolução de 30. Em São José do Rio Preto assume o governo o advogado Eduardo Figueiredo Nielsen, Delegado Regional de Polícia.

Aos poucos, as hostes perrepistas, derrotadas pela Revolução de 30, vão se recompondo e tomando coragem para se apresentar novamente como alternativa de governo. Em Ribeirão Preto, embora o prefeito tenha resistido à crise de abril de 1931, logo no mês seguinte simpatizantes do PRP publicaram um artigo no periódico *A Cidade* sob o título de “O PRP e a Revolução”, “[...] lamentando-se de que a ‘ocupação revolucionária [de São Paulo] está agora completando sete longos meses [...]’ e que os invasores eram como ‘presunçosos genros na casa de seus sogros’”. (WALKER; BARBOSA, 2000, p.90-91).

Jornais de São Paulo, como *A Gazeta*, noticiavam já em agosto de 1931 que “[...] o reaparecimento do PRP no cenário político tem sido o assunto palpitante destes últimos dias” (CORREIO..., 1931, p.1), embora o partido na capital apenas tenha se reorganizado formalmente em janeiro de 1932, lançando um manifesto em que atacava “o regime ditatorial imposto por Vargas”, ao mesmo tempo em que reclamava o retorno ao regime constitucional republicano.

No mês seguinte, o anúncio da Frente Única Paulista, unindo o PD e o PRP sob a bandeira da constitucionalidade, despertou mobilizações significativas nos municípios analisados.

Em Ribeirão Preto, em fevereiro e maio, comícios públicos reuniram os dois partidos, vários clubes e associações. Quando a notícia do movimento se espalhou, em julho, líderes locais – entre os quais, diga-se de passagem, não se observa nenhum sobrenome de origem imigrante – reuniram-se para fundar o “Centro Paulista Pró-Constituinte”, iniciando o recrutamento de voluntários. Ao longo dos dois meses e meio que durou o conflito, toda a sociedade, eufórica, se mobilizou, desde o já enfermo Coronel Quinzinho (que faleceria pouco antes da rendição paulista), até a Associação Comercial, a Companhia Antártica, fabricante de cerveja, os caçadores que doaram suas armas, as mulheres que costuraram uniformes ou organizaram cantinas, os comerciantes que doaram gêneros diversos. Padrão semelhante ocorreu nos demais municípios.

Para nossos propósitos, cumpre ressaltar que o episódio do Movimento de 32, dado o alto grau de mobilização de todos os estratos sociais em cada um dos municípios estudados, serviu para atenuar as distâncias sociais entre as antigas elites e os setores urbanos (trabalhadores, comerciantes e industriais) de origem imigrante.

Grupos sociais de origens muito distintas acabaram sendo mobilizados diante de um inimigo comum, aparándo arestas e evidenciando, pela primeira vez em cidades do interior paulista, que os imigrantes trazidos à princípio apenas para o trabalho nas lavouras de café, haviam sido requisitados a tomar partido em um episódio de natureza política, participando e lutando muitas vezes ombro a ombro com setores da elite local. Isso ocorreu, muito embora pouco se note, entre os líderes da Frente Única nos municípios, a presença significativa de sobrenomes de origem estrangeira. De qualquer modo, dada a elevada mobilização que arrastou todos os setores, as diversas colônias de imigrantes, por meio de seus líderes, associações e sociedades beneficentes foram inevitavelmente levadas a contribuir com os revolucionários paulistas. Nos municípios estudados os exemplos dos líderes de colônias de imigrantes que participaram deste episódio são constantes.

Podemos afirmar que a participação política propriamente dita, em cargos de representação pública, de imigrantes ou de seus descendentes, durante o período do chamado Governo Provisório (1930-1934), foi bastante reduzida no nível dos municípios analisados. A maior parte dos políticos com atuação mais significativa provinha de famílias já há mais tempo estabelecidas no país. Outra característica do período é a influência marcante do interventor federal do Estado na vida política dos municípios, seja nomeando efetivamente os prefeitos, seja redefinindo o funcionamento e atribuições do governo local através do Decreto nº 20.348, de 19 de agosto de 1931. Esse traço de inovação, de cunho centralizador, contrasta enormemente com o sistema político coronelista vigente no período anterior. Basta observar, durante o curto período de quatro anos, o número elevado de cidadãos nomeados pelo interventor que exerceram o cargo de prefeito nos municípios analisados: dez em Araraquara, cinco em Bauru, cinco em Ribeirão Preto, cinco em São Carlos e cinco em São José do Rio Preto.

Por outro lado, se é verdade que o novo regime, ao menos nesses primeiros quatro anos, não se valeu de uma matriz social diferenciada para recrutar seus políticos, como a conformada por estratos de origem imigrante, também não se pode desconsiderar o fato de que novos atores políticos foram prestigiados e estimulados a aparecer, fora da bitola estreita do perrepsismo anterior a 1930, e recrutados em sua maioria entre os detentores de diplomas de profissionais liberais, de Direito e Medicina, sobretudo. Nesse sentido, podemos afirmar que houve certa renovação de

quadros (embora com elementos oriundos de famílias tradicionais) que, aliada à presença marcante do interventor, embaralhou o jogo político local, minando as bases anteriores de operação do coronelismo.

4.1 O intermezzo constitucional (1934-1937)

O novo regime constitucional previa a realização de eleições para deputado federal e para as assembleias constituintes dos estados (que elegeriam por sua vez o governador e dois senadores por estado) em outubro de 1934. Dois partidos polarizaram as votações nos municípios analisados: o antigo PRP e o Partido Constitucionalista (PC), articulado por Armando de Salles Oliveira, que havia se tornado interventor federal em São Paulo após Vargas se convencer da necessidade de atenuar a oposição da influente bancada paulista durante os trabalhos da Constituinte. Assim, com certo compromisso de assumir uma linha de pacificação com o governo federal (interessado por sua vez em debilitar os partidos republicanos estaduais), Armando de Salles Oliveira empenhou-se na construção de um partido que não fosse, segundo ele, “[...] nem contra 30, nem contra 32, mas uma síntese das aspirações que as duas revoluções defenderam.” (BELOCH; ABREU, 1984, p.3036).

A própria formação do PC tratou de arregimentar simpatizantes e militantes em bases diversas, desde o antigo PD a dissidentes do PRP, passando por organizações de ex-combatentes da Revolução de 32. Do confronto entre os dois principais partidos (o PC e o PRP) em outubro de 1934, o PC de Armando de Salles Oliveira saiu vitorioso, o que lhe valeu a confirmação no cargo, agora como governador constitucional. Várias turbulências acompanharam as eleições de 1934, contribuindo para um clima político exacerbado. Com a dissolução da chapa única em julho de 34, e com Armando de Salles como interventor,

[...] o PC usou dos mesmos artifícios de pressão política que o PRP exercera contra seus adversários ao longo de 36 anos de domínio. Armando participou pessoalmente da campanha, percorrendo os principais municípios paulistas⁵, formando diretórios e capturando para seu partido influentes chefes perrepostas do interior que não tinham condições de sobreviver politicamente sem a assistência cartorial dos favores governamentais. (BELOCH; ABREU, 1984, p.2509).

⁵ Ribeirão Preto foi visitada em 1935, São Carlos na campanha seguinte, em fevereiro de 1936.

Além do PC e do PRP, organizaram-se ainda nesse período outros partidos de menor expressão eleitoral, mas de inegável mobilização política, como a Ação Integralista Brasileira, à direita, que na região estudada teve grande força de arregimentação sob o comando de Alfredo Buzaid. Além disso, o Partido Comunista articulou a formação da Aliança Nacional Libertadora, à esquerda, logo fechada em meados de 1935. Apesar disso, esses partidos tiveram, como veremos, pouco significado eleitoral nos municípios analisados.

Foi nesse clima turbulento e de radicalizações que ocorreram as eleições para o pleito municipal em março de 1936, quando novamente os dois principais partidos (PC e PRP) se confrontaram. O Quadro 1 dá uma mostra desse embate em alguns municípios do interior paulista.

Quadro 1 – Resultados das eleições municipais 15.3.1936

	PC	PRP	Integralismo	Outros Partidos	Total
Araraquara	3.916	1.794	352	-	6.062
Catanduva	2.812	-	191	-	3.003
Jahú	2.832	-	1.076	-	3.908
Jaboticabal	1.513	1.447	213	-	3.173
Piracicaba	3.403	-	568	1.057*	5.028
Rio Claro	2.482	2.576	219	-	5.277
São Carlos	1.618	1.874	139	-	3.631
Total Região de Estudos	18.576	7.691	2.758	1.057	30.082

* Pró-Piracicaba – no OESP de 16/03/1936 este partido saiu como PRP No “Correio Paulistano” também consta PRP.

Fonte: NPD-DCSo (Pasta 5.8 – Resultados Eleitorais).

Em Ribeirão Preto, o PC a princípio parecia mais forte, pois vinha de uma vitória anterior, em outubro de 1934, quando o partido bateu o PRP em 33 dos 37 locais de votação da cidade. Contudo, ao final de 1935, o PC local enfrentou problemas internos, debilitando-se para as eleições que ocorreriam em março do ano seguinte. Apurados os votos,

[...] o PRP obteve 51,52% dos votos enquanto o PC e a AIB obtiveram respectivamente 38,76% e 9,71%. Isso deu aos republicanos controle sobre a Câmara Municipal com sete cadeiras, em oposição às cinco cadeiras do PC e uma da AIB. O partido da velha guarda havia apresentado uma notável retomada. (WALTER; BARBOSA, 2000, p.95).

Dado o porte e a importância política de Ribeirão Preto, o feito toma maior relevância, sobretudo quando se leva em conta que o PC bateu o PRP em cerca de 80% dos municípios paulistas.

De modo geral, podemos dizer que o curto interregno constitucional entre o final do Governo Provisório e a decretação do Estado Novo, período em que ocorreu uma única eleição municipal, pautou-se, nos municípios analisados, pelo embate acirrado entre antigos perrepistas e o partido organizado pelo interventor e depois governador constitucional Armando de Salles Oliveira. Em Ribeirão Preto e Rio Preto, o novo partido deu pouca expressão a elementos de origem imigrante, enquanto o contrário ocorreu em São Carlos, onde se registra a influência marcante da Associação Comercial e Industrial local.

4.2 O Estado Novo (1937-1945)

Com a nova constituição nacional promulgada pelo Estado Novo, ficaram dissolvidas as câmaras legislativas – federais, estaduais e municipais – em todo o território brasileiro. Na esfera municipal, o novo ímpeto centralizador enfeixou boa parte das funções legislativas, anteriormente exercida pelas Câmaras, no Departamento de Municipalidades, órgão que crescerá em influência, vigiando prefeitos e agindo como mecanismo de transmissão política do interventor federal nos municípios. O fechamento do Regime também se consubstanciou pelo ressurgimento da censura, circunstância que inclusive dificulta a recuperação da atividade política no período (deslocada das atividades partidárias para os bastidores) através dos jornais.

Os prefeitos, por sua vez, voltam a ser nomeados pelos interventores federais, o que aproxima a duração de seus mandatos da duração dos mandatos de Adhemar de Barros e Fernando Costa, interventores sucessivos em São Paulo. As exceções são os casos de Bauru e Ribeirão Preto. Na primeira, o prefeito indicado, Ernesto Monte, permaneceu de 1938 até a eleição em 1947.

Em Ribeirão Preto, Fábio de Sá Barreto permanece ao longo de quase oito anos no cargo, provavelmente em função de relações privilegiadas com Getúlio Vargas.⁶

Em São Carlos, meses após o falecimento de Elias Salles, o interventor Adhemar de Barros nomeou Carlos de Camargo Salles, irmão do primeiro,

⁶ Em julho de 1938, Vargas, em visita à cidade, foi acolhido pelo prefeito e por uma multidão de trinta mil cidadãos. O presidente, em retribuição, parece ter encaminhado instruções especiais, por escrito, ao interventor, concedendo carta branca ao prefeito para a condução dos negócios municipais.

para ocupar o cargo de prefeito. Substituiu-o Sabino de Abreu Camargo, fazendeiro nomeado por Fernando Costa.

Em Rio Preto, a nomeação de Adhemar como interventor paulista propiciou o ressurgimento de Cenobelino de Barros Serra, seu primo, e antiga liderança perrepista no município, dos tempos ainda da Velha República.⁷ Com a saída de Adhemar do governo do estado, em 1941, assumiu o cargo de prefeito o médico Ernani Pires Domingues.

Como já afirmamos, é digno de nota no período o grau de controle sobre os assuntos municipais exercido pelo Departamento de Municipalidades. Em São Carlos, em fevereiro de 1939, Adhemar visitou a cidade acompanhado do diretor das Municipalidades, que recebeu elogios na imprensa. A esse respeito, uma notícia colhida no principal periódico da cidade já no crepúsculo do Estado Novo, ilustra o grau de ingerência do órgão nos assuntos municipais: o interventor federal,

[...] à vista do parecer do Diretor Geral das Municipalidades, [...] determina ao prefeito municipal de São Carlos que readmita [um funcionário] nas antigas funções de zelador do cemitério do distrito de Ibaté (pertencente a São Carlos), ou em outras, de acordo com as aptidões do reclamante. (CORREIO..., 1944, p.1).

Também chama a atenção a presença crescente, nos jornais, de sindicatos de trabalhadores, muito embora sempre acompanhados da tutela de autoridades do município. Assim por exemplo, em São Carlos, quando o novo prefeito (Carlos de Camargo Salles), nomeado por Adhemar, assumiu a prefeitura, uma suposta articulação entre diversos sindicatos, denominada Sindicatos Reunidos, vem declarar pela imprensa seu apoio ao novo prefeito e ao interventor federal em São Paulo (CORREIO..., 1938, p.1). Esse tipo de relacionamento frutificou: três anos após, o jornal local noticia diversas solenidades que se realizaram em “[...] comemoração ao dia consagrado do trabalho [...], organizadas pelos Sindicatos Reunidos e sob o alto patrocínio da prefeitura municipal.” (CORREIO..., 1941, p.1). Na época, os chamados Sindicatos Reunidos agrupavam, no município, os trabalhadores de cinco setores (metalúrgico, têxtil, de energia, madeireiro e de couros). Observando-se os sobrenomes dos respectivos presidentes, é notável que todos apresentem origem imigrante (Toseli, Ganzoto, Mazzei, Perez e Piva).

Desse modo, é lícito se supor que, no caso dos sindicatos, a armadura institucional promovida pelo regime imposto por Vargas credenciou novos indivíduos, antes absolutamente desprezados pela política local, a tomarem

⁷ Cenobelino ocupava o cargo de prefeito municipal quando eclodiu a Revolução de 1930.

contato (em boa medida orientados pelos prefeitos) com as questões da administração municipal. Tal movimento obviamente não se restringiu à esfera sindical, mas a todo o aparato institucional comandado a partir do governo federal e dos interventores no estado. É paradigmático, a esse respeito, o caso de Antonio Massei, em São Carlos. Filho de uma família de imigrantes italianos humildes que habitava a zona rural, Massei empregou-se ainda muito jovem na prefeitura. Com o tempo, tornou-se Chefe da Recebedoria e em 1945 assumiu também o cargo de tesoureiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada, em 1942, com o objetivo de amparar as famílias dos soldados brasileiros. Ao longo de sua longa carreira política, iniciada com a redemocratização, Massei elegeu-se prefeito do município em 1952, 1964 e 1977, permanecendo no cargo por nada mais nada menos do que 15 anos.

Para os que cultivavam suas origens étnicas em associações, muito freqüentes até bem entrados os anos 30, os tempos não foram muito fáceis, uma vez que o Estado Novo logo tratou de liquidá-las, proibindo na prática seu funcionamento, sob a alegação de banir as ideologias políticas trazidas de fora. Em 21 de abril de 1938, o *Correio de São Carlos* já noticiava:

Proíbe-se em nosso país que esses elementos cultivem as idéias políticas de suas pátrias, contribuindo, desse modo, para acentuar as dissensões nas colônias. Igualmente ficam vedadas manifestações nesse caráter, em reuniões públicas ou privadas, não podendo nenhuma sociedade estrangeira ostentar bandeira ou exibir uniforme, distintivos ou qualquer outros símbolos de caráter partidário. A imprensa estrangeira fica sujeita à censura, vedando-se comentários de ordem política, mesmo que seja exclusivamente referente à situação de seus respectivos países. As escolas mantidas pelos estrangeiros ficam sob direta fiscalização do governo. As sociedades estrangeiras só serão permitidas de funcionar se fundadas ou mantidas para fins culturais, recreativas e de assistência. As reuniões dessas sociedades só poderão ser realizadas com autorização prévia e fiscalização da autoridade competente. O decreto culmina penalidades, entre as quais a da expulsão para os estrangeiros que não acatarem, devidamente as disposições dessa lei. (CORREIO..., 1938 apud COSTA, 2001, p.601).

Aparentemente, a julgar pelas medidas tomadas, Vargas tinha a compreensão de que o funcionamento das associações de estrangeiros constituía um meio cultural propício à organização política de militantes de esquerda (anarquistas e comunistas) ou de direita (fascistas e integralistas). Cinco meses depois, nesse mesmo jornal, um cronista local observava entusiasmado:

Já vão longe aqueles dias em que nossa população, não compreendendo o quanto se deve a essa massa produtora, interpretava a palavra *sindicato* como um núcleo de terríveis anarquistas. O operariado encontra hoje aqui um ambiente acolhedor e, amparado por uma organização modelar, que constitui um dos melhores frutos da política social do atual governo, será sempre para a nossa terra um fator de ordem e progresso. (CORREIO..., 1938 apud TRUZZI, 2000, p.771).

Em dezembro, outro periódico na cidade anunciava o encerramento das atividades do Clube Oriental, associação representativa da colônia sírio-libanesa em São Carlos (A CIDADE, 1938 apud COSTA, 2001, p.63). Para os italianos, possivelmente com maior capacidade de resistência porque mais numerosos, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial sepultou o destino de suas associações. Em São Carlos, dois meses após Getúlio romper as relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, em janeiro de 1942, foram fechadas a Sociedade Vittorio Emanuele III e a Organização Nacional Desportiva (OND), de inspiração integralista, sob os argumentos de que esta última era uma sociedade criada sob o Regime Fascista, enquanto a primeira era considerada um clube puramente de jogos, sob a farsa de organização regular (CORREIO..., 1942 apud COSTA, 2001, p.64).

Assim, o período estadonovista, ao mesmo tempo em que adotou uma ideologia nacionalista forte, que limitou severamente as atividades de associações de estrangeiros (e em boa parte dos exemplos impediu seu funcionamento), foi também fértil em oferecer oportunidades nos níveis básicos (do município) da estrutura burocrática em gestação, coordenada pelo poder central. Aos poucos, esses novos elementos foram ocupando cargos e se constituindo como interlocutores ativos, mais tarde representantes de interesses legítimos na política local.

5 Do clientelismo coronelista ao clientelismo de Estado

A Constituição de 1937, apesar das inúmeras modificações que trouxe para a ordem política – concentrando o poder político nas mãos do presidente da República, fechamento do Congresso Nacional, das Assembléias Estaduais e das Câmaras Municipais, Sistema Judiciário subordinado ao Poder Executivo e estados governados por interventores nomeados por Vargas, que por sua vez tinham liberdade para nomear os prefeitos municipais –, manteve as discriminações das rendas municipais nos moldes da Constituição de 1934, Art. 13, que criou um sistema de

partilha dos impostos que seriam transferidos dos estados aos municípios: a) impostos de licenças; b) imposto predial e territorial urbano; c) imposto sobre diversões públicas; d) taxa sobre serviço, excluindo o imposto cedular sobre a renda dos imóveis rurais que estava contemplado na Constituição de 1934. Isso significou uma maior independência financeira, num processo de centralização, colocando trunfos nas mãos dos prefeitos nomeados *vis-à-vis* os proprietários da terra.

O clientelismo de Estado deita suas raízes no nível local não obstante a reforma centralizadora do Estado. Mudanças significativas no período estudado podem ser melhor compreendidas se observarmos a transição no tipo de esquema clientelista vigente. Em 1936, embora a maioria dos vereadores e prefeitos eleitos ainda fosse oriunda das elites tradicionais da República Velha, indicando uma reintegração da velha ordem ao novo sistema político, não há como negar o fato de que no período inicial, 1930-1934, foram criados vários instrumentos para o acesso de imigrantes à política. E essa abertura os trouxe à arena política como interlocutores das elites dominantes e eventualmente serviu de trampolim para sua entrada na elite política.

Quadro 2 – Eleições Municipais de 1936 e imigrantes eleitos

Cidade	Vereadores			Total de vereadores eleitos
	Italianos	Portugueses	Suíço	
Araraquara*	1			13
São Carlos	2	1	1	13
Ribeirão Preto	1	1		13
São José do Rio Preto	1			13
Bauru	1	1		11
Total	6	3	1	

* Em Araraquara o prefeito eleito, José Maria Paixão, era descendente de portugueses.

Embora o novo sistema sob a égide do binômio interventorias-DASP não tenha impedido inicialmente a recomposição das oligarquias estaduais e municipais num certo grau, é lícito afirmar que tal recomposição local se efetivou sob a cláusula de sua simultânea vinculação ao sistema burocrático governamental que se montava e que se firmou com o regime do Estado Novo. Em ambos os planos, no da ideologia e no da formação concreta de um novo padrão

institucional, deu-se uma nova inflexão ao desenvolvimento político brasileiro criando-se um padrão cooptativo baseado nas benesses do Estado. Políticos tradicionais, facções partidárias novas, setores de classe média mobilizados politicamente, todos cedo reconheceram que suas chances de sobrevivência e de ascensão política residiam no acesso privilegiado aos benefícios garantidos pelas novas estruturas burocráticas.

As elites políticas, novas e velhas, passaram a se alimentar indistintamente de um "clientelismo de estado", fazendo dele uma estratégia de aquisição e consolidação de poder. Esse processo, como argumentam vários autores, teria profunda significação na formação de vários partidos no pós-45.

O regime que surge da democratização de 1945 não desmantelou a estrutura institucional montada no período de 1930-1945. Segundo Souza (1976, p.105-106),

[...] o advento do pluralismo partidário, de eleições diretas e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcado pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória.

A rede de interventores e prefeitos nomeados vai se constituir na base para a estruturação do sistema partidário e das lideranças políticas que surgiram neste período, fortalecendo o clientelismo. O aparelho estatal conta com recursos para a montagem da máquina partidária. Os partidos nacionais PSD e PTB são exemplos da utilização destes recursos.

Contudo, em São Paulo não há exemplo mais nítido de utilização da estrutura das interventorias para a reorganização partidária posterior do que o de Adhemar de Barros e a fundação do Partido Social Progressista (PSP).

Após o golpe do Estado Novo, Adhemar era o nome menos expressivo da lista preparada pelo PRP paulista, o que estimulou Vargas a nomeá-lo, com a pretensão de tutelar o interventor e assim facilitar o controle federal sobre o que se passava na política paulista, diminuindo ali o poder das correntes políticas tradicionais. De certo modo, o tiro saiu pela culatra, pois Adhemar, ao longo dos pouco mais de três anos em que esteve à frente do governo paulista, consolidou liderança própria, não apenas em relação a Getúlio, mas também frente às lideranças tradicionais do PRP.

O novo interventor passou assim a construir sua própria máquina política em lugar de prestigiar as correntes já estabelecidas.

Com esse objetivo, Adhemar demitiu todos os prefeitos do estado, nomeando para seus lugares elementos jovens, muitos dos quais sem qualquer ligação com o PRP e, às vezes, vinculados a grupos rivais a esse partido. Ao mesmo tempo, impôs um estilo dinâmico de administração, realizando obras públicas de grande porte, como a eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção das rodovias Anhanguera e Anchieta, esta última de proporções gigantescas para a época. (BELOCH; ABREU, 1984, p.317).

A nomeação de elementos jovens, muitos dos quais sem qualquer ligação com o PRP, foi o primeiro passo de uma tendência que com o tempo só iria se consolidar: a renovação das esferas políticas municipais, operada por elementos recrutados a partir de uma base social mais ampla, que passou a incluir indivíduos de origem imigrante, em larga medida desconsiderados anteriormente pelos quadros perrepeistas.

A administração de Adhemar, além de se fortalecer na capital com a notável remodelação urbana empreendida por Prestes Maia, prefeito da capital por ele nomeado, tampouco descuidou do interior. E é aí que podemos visualizar com maior nitidez o notável esforço de montagem de sua máquina clientelista.

A assistência ao interior também foi dinamizada através do Departamento de Municipalidades, órgão diretamente subordinado ao interventor, que abriu créditos especiais para obras de saneamento e implantou um sistema de financiamento mais flexível para as prefeituras, com menores taxas de juro. As obras realizadas com o apoio do governo eram sistematicamente inauguradas com festividades em que Ademar entrava em contato direto com a população local, o que contribuiu para afirmar sua imagem de administrador ousado e político atento aos problemas do povo humilde. Essa imagem foi cuidadosamente alimentada através da utilização da máquina administrativa do estado, dos prefeitos nomeados e de uma ativa política de propaganda que chegou a utilizar o cinema, como na série de documentários intitulada *O bandeirante na tela*. Além disso, todas as noites, às 19:00h, o interventor fazia pelo rádio a 'Palestra ao pé do fogo' destinada especialmente ao povo do interior. Segundo Mário Beni, Ademar 'tinha aquela conversa de caboclo franco... Não era discurso inflamado, não... falava errado até'. (BELOCH; ABREU, 1984, p.317, grifo do autor).

A centralização do Estado, a grande ampliação de suas agências, autarquias e institutos de política econômica fizeram com

que os novos partidos e as lideranças políticas nos vários níveis de governo, dependessem cada vez menos dos velhos coronéis para serem bem sucedidos nos municípios do interior paulista, analisados na pesquisa. As benesses estatais, o clientelismo advindo do “Estado cartorial” (JAGUARIBE, 1950) aliados intimamente ao ideário “populista-trabalhista” sedimentaram-se como recursos organizacionais de grupos políticos e partidos e substituíram os coronéis como árbitros supremos da vida política da região interiorana analisada.

Parece não haver muitas dúvidas de que o ideário modernizador e centralizador da Revolução de 30, que inspirava a reformulação da estrutura decisória do país, fez surgir uma pletera de novos postos de poder burocrático-administrativo nos municípios. Seus ocupantes – aí incluídos parcelas de descendentes de imigrantes – fizeram valer tais trunfos na luta pelos mandatos eletivos que então se mostraram disponíveis com a democratização em 1945. Podemos dizer que durante os 15 anos (1930-1945) do poderio de Vargas foram atiradas, em terreno fértil, as sementes de um processo que pode ser chamado de “clientelismo de estado”, que veio a formar as bases dos partidos criados pós-45, em especial o PSD, o PTB, o PSP (comandado por Ademar de Barros) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN – versão e ramo do PTB, dirigido por Hugo Borghi).

Nossa conclusão é a de que a entrada de descendentes de imigrantes na política em municípios do interior paulista deve contemplar – a par das explicações mais comumente mencionadas na literatura, como maior urbanização, ampliação do número de votantes, perda de poder político das oligarquias rurais e mobilidade econômica e social ascendente dos imigrantes – um elemento estrutural que realça um novo ordenamento institucional na esfera pública capaz de acolher novos estratos sociais. Esses novos representantes, egressos de camadas antes alijadas da política formal, logo passarão a construir suas carreiras com interesses próprios e a efetivamente atuar e não raro monopolizar a política local.

SOUZA, M. C. C.; KERBAUY, M. T. M.; TRUZZI, O. M. S. From the “coronel’s” clientelism to the State’s clientelism: the rise of immigrants in the politics of São Paulo state’s inland. *Perspectivas*, São Paulo, v.26, p.11-34, 2003.

- **ABSTRACT:** *The article analyzes the relation between patterns of social mobility and the process of entrance of immigrants and their first generation*

descendants in the institutional political activity in the region known as "oeste paulista" (west of São Paulo state). This process may be an indicator of the relations of resistance or of approach between the immigrants and the local traditional elites. Besides, it could be a key element in the comprehension of the process of overcoming the colonels system in the state of São Paulo, what contributed to the ascension of a new bourgeois fraction and the advent of populism.

- **KEY-WORDS:** *Immigrants; "clientelismo coronelista"; State's "clientelismo"; mobility; local political elites.*

Referências

BELOCH, I.; ABREU, A. A. **Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro (1930-1983)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

CARVALHO, J. M. de. Estudos do poder local no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.25/26, p.25-37, 1968.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v.40, n.2, p.169-327, 1997.

CINTRA, A. O. A integração do processo político no Brasil, algumas hipóteses inspiradas na literatura. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n.2, p.42-50, jul./dez. 1971.

_____. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALAN, J. (Org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p.8-28.

CORREIO DE SÃO CARLOS. São Carlos, 27 de ago. 1931.

_____. São Carlos, 26 de jun. 1938.

_____. São Carlos, 8 de maio 1941.

_____. São Carlos, 14 de set. 1944.

COSTA, C. S. da. **Os imigrantes e seus descendentes no poder local: o caso de São Carlos**. 2001. 60 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

COSTA-PINTO, L. de A. **Lutas de família no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1943.

CUNHA, W. V. da. **O sistema administrativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1963.

DAHL, R. A. **Who governs?** New Haven, London: Yale University Press, 1964.

- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- DUARTE, N. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Nacional, 1966.
- FAORO, R. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FAUSTO, B. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Sumaré, 1991.
- FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JAGUARIBE, H. Política de clientela e política ideológica. **Digesto Econômico VII**. Rio de Janeiro, n.68, p.5-15, jul.1950.
- KERBAUY, M. T. M. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.
- _____. **Poder político local, do coronelismo ao populismo: um estudo de caso: São Paulo**. 1979. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1979.
- LEAL, V. N. O coronelismo e o coronelismo de cada um. **Dados**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.5-8, 1980.
- MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979.
- NUNES, E. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- PIERSON, D. **Cruz das Almas, a brazilian village**. Washington-D.C.: Smithsonian Institut of Social Anthropology, n.12, 1948.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SCHWARTZMAN, S. **As bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SOUZA, M. do C. C. de. A democracia populista 1945-1964: bases e limites. In: ROUQUIÉ, A. et al. (Org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.73-103.
- _____. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- STOLCK, V. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital: 1850-1890**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TRUZZI, O. M. S. **Patrícios, sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **Café e indústria**. São Carlos (1850-1950). 2.ed. São Carlos: UFSCar, 2000.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. **Dos coronéis à metrópole**: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no séc. XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WILLEMS, E. C. **Tradição e transição em uma cultura rural no Brasil**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1947.